

ORIGEM

Origem Energia Alagoas S.A.

CNPJ.: 34.186.669/0001-31

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024		
Ativo										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	3	279.646	85.323	279.646	85.323	15	165.442	137.737	165.442	137.737
Caixa restrito	-	7.984	6.299	7.984	6.299	16	48.012	37.490	48.012	37.490
Contas a receber com terceiros	4	174.378	212.063	174.378	212.063	17	34.789	-	34.789	-
Contas a receber com partes relacionadas	22	3	644	1	641	17	12.968	27.337	12.968	27.337
Instrumentos financeiros derivativos	5	14.369	13.650	14.369	13.650	21	286.152	170.836	286.152	170.836
Estoques	6	132.864	128.106	132.864	128.106	-	495	1.184	495	1.184
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	42.887	7.744	42.887	7.744	22	42.074	5.059	42.076	5.060
Outros tributos a recuperar	7	79.664	164.443	79.664	164.443	18	-	220.422	-	220.422
Despesas antecipadas	-	3.317	1.933	3.317	1.933	19	-	360	-	360
Adiantamentos	8	2.934	5.254	2.934	5.254	5	16.546	20.821	16.546	20.821
Cauções de depósitos vinculados	9	19.156	22.977	19.156	22.977	14	9.119	25.993	9.119	25.993
		757.202	648.436	757.200	648.433		615.597	647.239	615.599	647.240
Não circulante										
Contas a receber com terceiros	4	776	-	776	-	20	77.296	68.454	77.296	68.454
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	53.419	44.868	53.419	44.868	18	-	482.189	-	482.189
Adiantamentos	8	17.444	30.669	17.444	30.669	19	-	155.346	-	155.346
		71.639	75.537	71.639	75.537	14	6.457	5.487	6.457	5.487
Imobilizado	12	3.270.959	2.759.463	3.270.959	2.759.463	10	210.976	123.945	210.976	123.945
Direito de uso	14	14.457	27.748	14.457	27.748	4	-	125	-	125
Intangível	13	213.111	220.785	213.111	220.785	11	-	11	-	11
		3.570.166	3.083.533	3.570.166	3.083.533		294.744	835.550	294.740	835.546
Total do ativo		4.327.368	3.731.969	4.327.366	3.731.966		4.327.368	3.731.969	4.327.366	3.731.966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do Resultado para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	23	1.773.274	1.477.825	1.773.274	1.477.825
Custos dos produtos vendidos	24	(978.125)	(896.726)	(978.125)	(896.726)
Resultado bruto		795.149	581.099	795.149	581.099
Despesas gerais e administrativas	25	(170.446)	(151.719)	(170.446)	(151.723)
Resultado de equivalência patrimonial	11	-	(4)	-	-
Outras receitas e despesas	-	10.801	2.446	10.801	2.446
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e do imposto de renda e contribuição social		635.504	431.822	635.504	431.822
Receitas financeiras	26	275.466	104.126	275.466	104.126
Despesas financeiras	26	(214.539)	(402.384)	(214.539)	(402.384)
Resultado financeiro		696.431	133.564	696.431	133.564
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		696.431	133.564	696.431	133.564
Imposto de renda e contribuição social corrente	10	(34.789)	2.474	(34.789)	2.474
Impostos de renda e contribuição social diferido	10	(78.479)	(39.205)	(78.479)	(39.205)
Lucro líquido do exercício		583.163	96.832	583.163	96.832
Atribuído aos controladores		583.163	96.832	583.163	96.832
Lucro básico e diluído por ação		0,32	0,07	0,32	0,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		583.163	96.832	583.163	96.832
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício		583.163	96.832	583.163	96.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Capital social	1.147.424	36.581	1.147.424	36.581
Reserva legal	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	2.188	-	2.188
Reserva para investimentos	-	-	-	-
Lucros acumulados	-	-	96.832	96.832
Total do patrimônio líquido	1.147.424	38.769	1.147.424	38.769
31 de dezembro de 2023				
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-
Aumento de capital (Nota 21.1)	461.450	-	461.450	-
Lucro líquido do exercício (Nota 21.3)	-	-	96.832	96.832
Constituição de reservas de lucros (Nota 21.4)	-	4.842	68.992	(73.834)
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 21.4)	-	-	(22.998)	(22.998)
31 de dezembro de 2024	1.608.874	41.423	1.261.169	472.714
Aumento de capital (Nota 21.1)	700.000	-	-	-
Lucro líquido do exercício (Nota 21.3)	-	-	-	583.163
Constituição de reservas de lucros (Nota 21.4)	-	29.158	92.740	345.949
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 21.4)	-	-	-	(115.316)
31 de dezembro de 2025	2.308.874	70.581	218.909	818.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	2.137.934	1.790.859	2.137.934	1.790.859
Venda de mercadorias, produtos e serviços	2.137.934	1.791.152	2.137.934	1.791.152
Insumos adquiridos de terceiros	(714.585)	(668.969)	(714.585)	(668.969)
Custo dos produtos vendidos	(599.184)	(572.414)	(599.184)	(572.414)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(115.401)	(96.455)	(115.401)	(96.455)
Valor adicionado bruto	1.423.349	1.121.990	1.423.349	1.121.989
Depreciação, amortização e exaustão	(146.593)	(115.729)	(146.593)	(115.729)
Valor adicionado líquido produzido	1.276.756	1.006.261	1.276.756	1.006.260
Valor adicionado recebido em transferência	286.258	106.736	286.258	106.740
Resultado de equivalência patrimonial	-	(4)	-	-
Receitas financeiras	275.466	104.126	275.466	104.126
Outras	10.801	2.446	10.801	2.446
Valor adicionado total a distribuir	1.563.014	1.112.997	1.563.014	1.113.000
Distribuição do valor adicionado	1.563.014	1.112.997	1.563.014	1.113.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Origem Energia Alagoas S.A. ("Origem Alagoas" ou "Companhia"), tem o objetivo de atuar na área de exploração, extração, reabilitação, produção e comercialização de petróleo e gás natural e processamento de gás natural. Em 2019, em Consórcio firmado com a Controladora, Origem Energia S.A., a Companhia participou de licitação do Primeiro Ciclo da Oferta Permanente de Áreas para concessão de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural realizado pela ANP, arrematando 4 (quatro) áreas com acumulações marginais, a saber: • Fazenda da Gameleira (Setor - SREC-T4 - AM - Bacia do Reconcavo); • Mosquito (Setor - SES-T4 - AM - Bacia do Espírito Santo); • Saira (Setor - SES-T4 - AM - Bacia do Espírito Santo); e • Tiziu (Setor - SPOT-T4 - AM - Bacia do Potiguar). Como acordado nos contratos de concessão através de Ofertas Permanentes da ANP, a Companhia, em conjunto com sua controladora, deverá executar as obrigações relativas ao Programa de Trabalho Inicial ("PTI") integralmente durante a fase de reabilitação dos campos. No encerramento do exercício de 2025, a Companhia não possuiu mais obrigações a serem cumpridas relativas ao Programa de Trabalho Inicial ("PTI") dos contratos de concessão adquiridos através de Ofertas Permanentes da ANP. A concessão para exploração dessas áreas tem duração de 15 anos. A assinatura do contrato de concessão, apresentação de garantias e pagamento foram concretizados durante o exercício de 2020. Os campos encontram-se em fase de reabilitação. No último trimestre de 2024, a Companhia alienou as concessões de Mosquito e Saira (nota explicativa 13). Em 2021, a Origem Alagoas adquiriu contratos de concessão dos campos de Anambé, Arapaçu, Furado, Paru e Pilar, todos localizados na região leste do Estado de Alagoas, com exceção de Paru, com um poço produtor de gás localizado em águas rasas, os demais estão em áreas terrestres, os quais são conjuntamente denominados "Polo Alagoas" ("SPA Polo Alagoas"), no valor de US\$300.010. Adicionalmente, conforme estabelecido no Purchase and Sale Agreement, na data de fechamento da transação a Companhia adquiriu os estoques da Petrobras mantido no Polo Alagoas pelo valor de US\$ 6.746 (R\$ 35.625). Em 2022, a Origem Alagoas concluiu aquisição do referido polo no valor total de R\$1.599.290. O polo opera com a extração de gás natural, GLP, composto C5+ e petróleo. O prazo de concessão teve prorrogação aprovada até 2052 para Furado e Pilar, até 2039 para Arapaçu e Paru e até 2032 para Anambé. Os campos encontram-se em fase de produção. Em 2024 a Companhia iniciou campanhas de perfuração no Polo Alagoas que se provaram bem-sucedidas, com o início de produção de dois novos poços, ORGM1 (Moco) e ORGM2 (Pra). O poço ORGM10, também iniciado em 2024, foi concluído em 2025. Em 2025 foram iniciadas as perfurações de cinco poços. ORGM03 e ORGM16 foram concluídos e entraram em produção ainda em 2025. Já os poços ORGM13, ORGM04 e ORGM05 têm previsão de conclusão em 2026. No terceiro trimestre de 2025, os acionistas da Origem Energia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da Origem Alagoas pela Origem Energia, sua controladora direta. A operação está condicionada à aprovação pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP"), conforme previsto no Protocolo e Justificação da Incorporação, o qual estabelece determinadas condições suspensivas. Após a verificação e aprovação dessas condições, a incorporação será concluída, com a consequente extinção da Origem Alagoas e sucessão de todos os seus direitos e obrigações pela Origem Energia. Estrutura organizacional. Em 2024, foi constituída a Gen Estocagem de Gás Natural S.A., com subscrição e integralização de 100 ações ordinárias, ao valor individual de R\$ 1,00 cada (em Reais), sendo 99 ações subscritas pela Origem Alagoas e 1 ação por sua controladora, Origem Energia. A Gen tem como objetivo a participação societária em outras sociedades e entidades. Reforma Tributária.

Foi promulgada em 20 de dezembro de 2023 a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária sobre o consumo no Brasil. A nova sistemática prevê a substituição gradual dos tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. O novo regime terá início em período de transição a partir de 2026, com implementação plena prevista para 2033. A partir de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que estabelece diretrizes iniciais para a implementação da reforma. Entretanto, diversos aspectos operacionais e regulamentações complementares ainda se encontram em processo de definição. A Companhia informa que está em regular cumprimento e implementação, de forma tempestiva e estruturada, quanto a todas as ações necessárias à adequação à Reforma Tributária do Consumo estabelecida a partir da EC 132/2023, com foco na plena conformidade regulatória, na mitigação de riscos e na preservação da eficiência operacional e tributária. Nesse contexto, foram estabelecidas frentes de trabalho multidisciplinares para acompanhar a evolução normativa e infralegal, realizar levantamento de impactos sobre processos, sistemas e cadeias de suprimentos, bem como promover a revisão de políticas fiscais, parametrizações e controles internos correlatos. Adicionalmente, estão em execução planos de transição, incluindo testes de aderência, capacitação de equipes, revisões contratuais e ajustes em rotinas de apuração, escrituração e reporte, com vistas a assegurar rastreabilidade, integridade das informações e consistência das estimativas e divulgações. A Companhia foi convidada e é parte atuante do Programa Piloto do sistema CBS desde o segundo semestre de 2025, o que garantiu acesso antecipado para testes e homologação, tornando mais harmônica a transição de regimes tributários iniciada em 31/01/2026. Reforça-se o compromisso de manter o monitoramento contínuo das regulamentações infraconstitucionais ainda pendentes, em especial quanto as decorrentes das já publicadas LC 214/2025 e LC 227/2026. Nesse contexto, até 31 de dezembro de 2025, data-base destas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da reforma tributária nas informações contábeis da Companhia.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais: 2.1. Declaração de conformidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos saldos mensurados pelo valor justo, quando indicados. Conforme Orientação Técnica OPCP 07, a Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas nesta nota. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua emissão foi dada em 26 de março de 2026. 2.2. Base de consolidação. As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Origem Alagoas e sua controladora. O controle é obtido quando a entidade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma investida para auferir benefícios de suas atividades. A entidade

entende que controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a total capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Os resultados da controlada adquirida durante o exercício estão incluídos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente consolidados, a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, quando aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais da Origem Alagoas, o resultado do exercício da controlada é reconhecido através do método de equivalência patrimonial, já as variações no percentual de participação societária em sua controlada, sem que haja perda no controle, são reconhecidos como transações patrimoniais. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e sua controlada são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Gen Estocagem de Gás Natural S.A.	90%	90%	99%	99%

As datas das demonstrações financeiras são coincidentes para as empresas que compõem as demonstrações financeiras consolidadas, bem como as políticas contábeis adotadas em suas demonstrações financeiras são uniformes. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. 2.4. Transações em moeda estrangeira. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional de acordo com a taxa de câmbio naquela data. As diferenças encontradas são reconhecidas no resultado do exercício na linha de receita ou despesa financeira. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Aplicações financeiras são consideradas como equivalentes de caixa pela Companhia quando possuem convertibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, considerando-se três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.6. Caixa restrito. São depósitos mantidos com a finalidade de garantir compromissos com superiores não identificados, ou identificado que tenham pendências cadastrais ou de regularização, e compõem-se de aplicações em poupança com liquidez vinculada ao cumprimento de suas obrigações e risco insignificante de mudança de valor. 2.7. Contas a receber de clientes. As contas a receber de clientes se referem aos valores recebíveis pelos produtos vendidos e serviços realizados no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém contas a receber de clientes para recebimento dos fluxos de caixa contratuais; portanto, essas contas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas de crédito estimadas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>

* continuação

Origem Energia Alagoas S.A. | CNPJ.: 34.186.669/0001-31

classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são demonstrados como ativos não circulantes. Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo de perdas de crédito esperadas (PCE), permitida pelo Pronunciamento Técnico CPC 48, com base em dados históricos obtidos pela Companhia. Nenhuma perda de crédito esperada foi reconhecida no exercício, pois a Administração considera que o risco de inadimplência de seus créditos é baixo, uma vez que, a Companhia fornece insumo para clientes que não tem histórico de inadimplência. 2.8. Estoques. Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: • Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio; e • Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra, e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. 2.9. Imposto de renda e contribuição social corrente e incentivos fiscais. Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Incentivo fiscal - SUDENE. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE, exclusivo para as companhias da região Nordeste. O incentivo fiscal SUDENE, prevê o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. Em atendimento as leis 11638/07 e 11.941/09 e CPC 07 - Subvenção e assistência governamentais, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei ("data de transição") é contabilizado no resultado do exercício para posterior destinação à reserva de lucros de incentivos fiscais a que se refere o art. 195A da Lei nº 6406/76, conforme orientação da Lei nº 11.941/09. O saldo desta reserva somente pode ser utilizado para aumento de capital social. 2.10. Imposto de renda e contribuição social diferido. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporariamente indutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas controladas individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. 2.11. Imobilizado. a) Reconhecimento e mensuração. O imobilizado é registrado pelo seu custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Os gastos com exploração, reabilitação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos (successful efforts method of accounting). Os gastos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado quando incorridos. Os gastos incorridos na fase exploratória, associados diretamente aos poços são capitalizados como ativos de exploração até que sua perfuração esteja completa e a avaliação da descoberta finalizada. Quando as avaliações das descobertas das reservas de óleo e gás são positivas, o custo é mantido no imobilizado até a conclusão do processo de avaliação de comercialidade. Se a avaliação da descoberta não é encontrada, o custo do ativo exploratório é baixado ao resultado. A Companhia reconhece como parte do ativo imobilizado, a contrapartida dos gastos estimados para remoção e recuperação ambiental do futuro abandono das áreas, registrados em sua provisão passiva de abandono (nota explicativa 2.16). Sua depreciação ocorre em conjunto com os demais ativos de óleo e gás. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados ao menos anualmente, ao final do exercício, e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. b) Depreciação. Os gastos de exploração e desenvolvimento da produção são depreciados, a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas (UOP - Units of Production). Nesse método a taxa de depreciação mensal é obtida dividindo-se a produção mensal pelo saldo total estimado das reservas (prova de descoberta) no início do mês. Para vida útil dos demais itens do ativo imobilizado é considerada a depreciação pelo método linear. O prazo dos contratos de arrendamento para as beneficiárias em bens de terceiros, e conforme apresentado abaixo para os demais bens:

Anos	Taxa anual média de depreciação (%)
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Ferramentas	10
Equipamentos de informática	5
Intangível. Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (impairment), nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 04. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os ativos intangíveis correlatos à aquisição das concessões de exploração e produção de petróleo e gás são amortizados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no exercício e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. 2.13. Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment). Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos, que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são reunidos ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo. Esses ativos são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida. 2.14. Arrendamentos. A Companhia avalia todos os contratos que podem ser enquadrados nos princípios de identificação do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 e reconsidera arrendamentos de curto prazo, menores ou iguais a 12 meses, além de arrendamentos de valores não significativos, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do período ao longo do prazo do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia na data da adoção inicial. O passivo é ajustado, na competência do registro do contrato, para refletir o efeito dos juros incorridos com base na taxa incremental de empréstimo, sendo a despesa de juros registrada no resultado financeiro. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador. O ativo de direito de uso é reconhecido inicialmente com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial. A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo do produto vendido, despesa administrativa, comercial e como outras despesas operacionais, conforme as características do uso do ativo arrendado. 2.15. Fornecedores. Os fornecedores estão classificados na categoria de instrumentos financeiros ao custo amortizado e estão reconhecidos pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e encargos contratuais incorridos até as datas dos balanços, cuja apropriação das despesas e receitas são reconhecidas no resultado do exercício. 2.16. Provisão de abandono. A Companhia tem obrigações legais de remoção de equipamentos e restauração de áreas ao final do prazo de produção das reservas com base nas estimativas de volumes de reserva e curvas de produção estimadas. As estimativas de custos de futuras remoções e recuperações ambientais são realizadas com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados. Essas obrigações são reconhecidas a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto livre de risco, ajustada pela taxa de prêmio risco-país. Em função dos longos períodos até a data de abandono, variações na taxa de desconto, por menor que sejam, podem ocasionar grandes variações no valor reconhecido. Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que: (i) as obrigações ocorrerão no longo prazo; (ii) que os contratos e regulamentações possuem	

descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração e dos critérios a serem atendidos quando do momento da remoção e restauração efetivas; e (iii) que as tecnologias e custos de remoção de ativos sofrem alterações constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança. A natureza dos gastos inclui mobilização e desmobilização de sondas, serviços de tamponamento e abandono, restauração, reparo do ambiente, reflorestamento e outros serviços. A Companhia está constantemente conduzindo estudos para incorporar tecnologias e procedimentos de modo a otimizar as operações de abandono, considerando as melhores práticas da indústria. Contudo, os prazos e os valores dos fluxos de caixa futuros estão sujeitos a incertezas significativas. 2.17. Instrumentos financeiros. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. As mensurações subsequentes dos ativos e passivos financeiros são realizadas respeitando as especificações do CPC 48 - Instrumentos Financeiros (nota explicativa 27). a) Derivativos. A Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos para proteger parte de sua produção de petróleo contra sua exposição ao risco de oscilação de preços de mercado. Além disso, a Companhia utiliza contratos de swap para gestão de seu endividamento e caixa, buscando previsibilidade frente aos efeitos cambiais que impactam tanto o componente de produção quanto o de vendas suas receitas e recebíveis quanto suas obrigações financeiras. A Companhia não adota a prática de hedge accounting (nota explicativa 27). Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação, sendo mensurados subsequentemente também ao valor justo, e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do exercício. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos especulativos. 2.18. Empréstimos e Debêntures. Os empréstimos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, acrescidos do prêmio e líquidos dos custos incorridos na emissão e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros, com efeitos no resultado financeiro. 2.19. Receita líquida. Reconhecimento da receita conforme o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas da Companhia são oriundas, substancialmente, de vendas de óleo e gás. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável. A Companhia reconhece suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou serviço prometido ao cliente. Apresentamos abaixo os principais produtos comercializados pela Companhia e responsáveis pela receita reconhecida: a) Gás natural processado. O gás natural é extraído no Polo Alagoas e é processado, direta e indiretamente, para entrega até os clientes finais por um gasoduto de uma empresa terceirizada. A Companhia reconhece a receita de venda de gás natural ao longo do tempo à medida que recebe as medições do sistema dutoviário gerido pela Transportadora Associada de Gás S.A. ("TAG") e realiza o faturamento. b) Petróleo. O petróleo é extraído no volume total das reservas remanescentes de petróleo e gás. No separador, incluindo frações mais leves como etano, propano e butano, além do condensado de C5+, que contém hidrocarbonetos mais pesados, predominantemente pentanos (C5) e frações superiores. Esse produto é armazenado e disponibilizado para retirada pelos clientes nas instalações da Companhia. A Companhia reconhece a receita da venda do condensado de C5+ quando o cliente realiza a coleta nas suas instalações, passando a deter o controle do ativo. c) Gás liquefeito de petróleo (GLP). O gás liquefeito de petróleo é processado na UPGN do polo Alagoas e posteriormente é retirado pelo cliente nas dependências da Companhia. A Companhia reconhece a receita de venda do GLP quando o cliente realiza a coleta nas suas instalações, passando a deter o controle do ativo. d) Condensado de C5+. O condensado de C5+ tem origem no processamento do gás natural na UPGN do Polo Alagoas e é armazenado em tanques de armazenamento de petróleo e gás. No separador, incluindo frações mais leves como etano, propano e butano, além do condensado de C5+, que contém hidrocarbonetos mais pesados, predominantemente pentanos (C5) e frações superiores. Esse produto é armazenado e disponibilizado para retirada pelos clientes nas instalações da Companhia. A Companhia reconhece a receita da venda do condensado de C5+ quando o cliente realiza a coleta nas suas instalações, passando a deter o controle do ativo. 2.20. Uso de estimativas e julgamentos. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas, despesas e notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre premissas e estimativas significativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 12 - Imobilizado, principalmente as informações que se referem a depreciações e valor recuperável dos ativos de óleo e gás. • Nota explicativa 13 - Intangível, principalmente as informações que se referem a amortização e valor recuperável dos ativos de óleo e gás. • Nota explicativa 10 - Imposto de renda e contribuição social diferido. • Nota explicativa 20 - Provisão para abandono de instalações. • Nota explicativa 27 - Valor justo de derivativos e políticas para gestão de risco financeiro. Determinação do volume de reserva dos poços para mensuração da depreciação. Para determinar a depreciação, é utilizado o método de unidades produzidas (MUP), que calcula a relação entre o volume de óleo e gás produzido e o volume de reservas remanescentes. A cada ano, a administração revisa o volume total das reservas remanescentes de petróleo e gás. No entanto, a produção das reservas provadas pode ser influenciada por vários fatores, como o progresso de projetos de desenvolvimento, o desempenho dos reservatórios, aspectos regulatórios e mudanças nos preços de petróleo e gás natural a longo prazo. 2.21. Lucro por ação. O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria. O cálculo do lucro diluído por ação é baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias sobre a média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para os potenciais efeitos de ações ordinárias diluídas. A Companhia avaliou a diluição do lucro por ação e não identificou efeito diluente nas suas transações e operações. Nesse sentido, o lucro diluído por ação é equivalente ao lucro básico por ação. 2.22. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC"). Demonstrações dos fluxos de caixa permitem que as entidades divulguem fluxo de caixa oriundo de atividades operacionais utilizando o método direto ou o método indireto, conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2). A Companhia apresenta o fluxo de caixa utilizando o método indireto, método que tem sido mais utilizado pelas empresas brasileiras. A Companhia conciliou o lucro líquido com o fluxo de caixa líquido oriundo de atividades operacionais. A DFC permite que os juros pagos sejam demonstrados como atividades operacionais ou financeiras e que os juros recebidos sejam demonstrados como atividades operacionais ou de investimento, quando considerado pertinente pela entidade. A Companhia classifica os juros pagos como atividades de financiamento, uma vez que estes representam os esforços para obtenção de seus recursos financeiros. Os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos são apresentados na DFC de acordo com a natureza de sua utilização, ou seja, sua classificação pode ser demonstrada como atividades operacionais, investimentos ou financiamentos, dependendo da natureza do item protegido a que o derivativo esteja associado. 2.23. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"). Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, desta forma, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. 2.24. Informações por segmento. A Administração da Companhia esclarece que a extração, exploração e produção de petróleo e gás natural é o seu único segmento operacional relevante atualmente, não havendo, portanto, informação por segmento a ser apresentado. 2.25. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas. As normas e interpretações revisadas, destacadas a seguir, válidas para o exercício de 2025, foram aplicadas pela Companhia, mas não impactaram significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Normas	Descrição
CPC 02 (IAS 21)	Alteração em determinadas condições na conversão de moedas.
CPC 18 (R3)	Ajustes de redação e atualização de referências normativas.
CPC 15 e CPC 01 (R1)	Alteração na transação de venda e retroarrendamento
OCPC 10	Alteração em divulgação de informações e em testes de impairment.
CPC 48 (IFRS 9) e CPC 40 (R1) (IFRS 7)	Emissão de orientações em créditos de carbono e descarbonização.
CPC 48 (IFRS 9) e CPC 40 (R1) (IFRS 7)	Alteração na classificação e mensuração de instrumentos financeiros.
Normas	As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2026:
CPC 51 (IFRS 18)	Alteração das normas de apresentação e divulgação das demonstrações.
CPC 48 (IFRS 9) e CPC 40 (R1) (IFRS 7)	Aprimoramento com implicações financeiras para contratos de derivativos.
CPC 40 (R1) (IFRS 7)	Tratados de eletricidade.

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa, referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, Operações Compromissadas e Fundos de Investimentos de alta liquidez, com baixo risco de crédito, disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. 4. Contas a receber com terceiros. O quadro abaixo apresenta a composição do contas a receber nas datas especificadas.

Controladora e Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Venda de gás natural	103.043	134.889
Venda de óleo	48.866	47.533
Venda de GLP	17.803	25.534
Composto C5+	4.397	2.284
Outros	1.045	1.823
Contas a receber com terceiros	175.154	212.063
Circulante	174.378	212.063
Não circulante	776	-
Faturadas	175.154	201.582
Não faturadas	-	10.481

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem valores vencidos de contas a receber faturadas, sendo o prazo médio de recebimento em até 30 dias. Através da análise de risco de crédito, a Administração não identificou necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. 5. Instrumentos financeiros derivativos. O quadro abaixo apresenta a composição dos créditos e obrigações de operações financeiras com instrumentos financeiros derivativos nas datas especificadas.

Controladora e Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Ativos		
Opções compradas (1)	13.944	13.650
Prêmio de opções a receber (1)	425	-
14.369	13.650	
Passivos		
Opções vendidas (1)	342	20.821
Prêmio de opções a pagar (1)	16.204	-
16.546	20.821	

(1) Os contratos de opções referem-se a operações estruturadas com instrumentos financeiros derivativos com intuito de proteção do preço de petróleo, através da compra de opções de venda (puts) e venda de opções de compra (calls), com registro do direito da opção a exercer no ativo e a obrigação a ser exercida no passivo, e dos respectivos prêmios a receber e pagar, financiados pela contraparte, conforme também divulgado na nota explicativa 27. 6. Estoques. Os estoques são compostos por materiais e outros bens mantidos para uso na operação, avaliados a custo médio, e estoque de petróleo para venda, avaliado a custo, sujeito a ajuste de valor realizável líquido, quando aplicável.

Controladora e Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Materiais de uso e consumo	129.596	121.363
Petróleo	3.268	6.743
132.864	128.106	

7. Tributos a recuperar. O quadro abaixo apresenta a composição dos tributos a recuperar nas datas especificadas.

Controladora e Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ	17.178	4.124
CSLL	25.709	3.620
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	42.887	7.744
ICMS	41.207	41.097
PIS/COFINS/CSLL	27.403	123.346
Subvenção	10.593	-
Outros	461	-
Outros tributos a recuperar	79.664	164.443
122.551	172.187	

O valor a recuperar de imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido se referem aos valores de retenção de IRPJ e ao saldo de antecipações de CSLL recolhidas com base nos balanços de suspensão e redução do ano corrente somados aos valores de saldo negativo referentes ao ano de 2024 que passaram a ser utilizados após a entrega da ECF. Quanto a variação de impostos a recuperar para PIS e COFINS, no último trimestre de 2024 a administração realizou a revisão dos créditos dessas contribuições com base no parecer técnico tributário da Infis Consultoria e nos pareceres jurídicos dos escritórios de advocacia Mattos Filho e Vieira Rezende. Essa revisão refere-se à tomada de crédito pelo custo de aquisição de dispêndios registrados em ativo, fundamentando-se principalmente na IN RFB nº 2.121/2022, artigo 176, inciso IV que considera como insumo os bens ou serviços sujeitos à exaustão, viabilizando, portanto, a tomada de créditos integral no momento da aquisição. Tais valores foram utilizados durante 2025 com a utilização de créditos escriturais e pedidos e restituição e/ou compensação. Quanto ao registro de créditos de subvenção estão associadas as vendas de gás processado incentivadas em Alagoas com alíquota zero de ICMS e o registro segue a presente normativa fiscal de reconhecimento do incentivo.

Controladora e Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento para fornecedores	20.080	35.543
Adiantamento a funcionários	298	380
20.378	35.923	
Total do ativo circulante	2.934	5.254
Total do ativo não circulante	17.444	30.669

O saldo de adiantamentos a fornecedores é majoritariamente decorrente dos projetos de revitalização e intervenções realizadas no Polo Alagoas. 9. Cauções de depósitos vinculados. Em dezembro de 2025 foi assinado um aditivo ao contrato de transporte de gás natural entre a Origem Alagoas e TAG, para transporte do gás natural produzido no Polo Alagoas através do sistema de gasodutos da contratada. Como garantia do referido contrato, ainda em dezembro de 2025, a Origem Alagoas forneceu inicialmente caução em dinheiro na conta da TAG, no valor de R\$ 15.710, parte majoritária do saldo de R\$ 19.156. Em janeiro de 2026, essa caução foi integralmente substituída por apólice de seguro garantia, conforme previsto contratualmente. Na renovação deste mesmo contrato, ocorrida em novembro de 2024, a caução fornecida foi de R\$ 22.977, integralmente substituída por apólice de seguro garantia, em janeiro de 2025. 10. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: 10.1. Composição do ativo diferido de imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora e Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Provisões encargos trabalhistas	15.682	125
Provisão de bônus	15.328	19.116
Provisão de fornecedores	30.967	20.245
Provisão de abandono	87.272	70.438
IFRS 16	5.611	4.022
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	2.174	7.171
Base de cálculo	157.115	131.964
Imposto de renda (IRPJ) diferido ativo	39.279	32.991
Contribuição social (CSLL) diferida ativa	14.140	11.877
53.419	44.868	

O ativo diferido de imposto de renda e contribuição social foi calculado sobre diferenças temporárias relacionadas principalmente aos ajustes da norma contábil IFRS 16, provisão de abandono, de bônus a funcionários e de fornecedores. Estes contornos serão compensados quando da realização das referidas diferenças previstas pela Companhia estimada para os exercícios de 2026 a 2030. 10.2. Composição do passivo diferido de imposto de renda e contribuição social

Controladora e Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação fiscal acelerada - Lei 13.586/2017	620.516	361.608
Amortização de intangíveis	620.516	2.248
Base de cálculo	1.241.032	363.856
Imposto de renda (IRPJ) diferido passivo	155.130	91.306
Contribuição social (CSLL) diferido passivo	55.846	32.189
210.976	123.495	

Quanto ao passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, o fator mais relevante é a opção pela depreciação fiscal acelerada prevista na Lei 13.586/2017. A realização desta diferença dar-se-á na forma da Lei observando o mesmo limite do valor contábil do ativo e a reconiliação da depreciação fiscal e contábil. 10.3. Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda de contribuição social

Controladora	Consolidado	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do IRPJ/CSLL	696.431	133.564	696.431	133.564	
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%	
Despesa de IRPJ/CSLL às alíquotas nominais	(236.787)	(45.412)	(236.787)	(45.412)	
Adições (exclusões) permanentes:					
Prejuízo fiscal não reconhecido	-	-	-	-	(1)
Equivalência patrimonial	-	(1)	-	-	-
Despesas não dedutíveis	(88)	(2)	(88)	(2)	(2)
Benefícios a lei tecnológica (Lei do Bem)	15.191	4.954	15.191	4.954	
SUDENE (1)	92.740	-	92.740	-	
Incentivos fiscais a lei do esporte, Rouanet e PAT	3.872	-	3.872	-	
Outros efeitos	11.804	3.729	11.804	3.729	
Despesa de IRPJ/CSLL	(113.268)	(36.732)	(113.268)	(36.732)	
Imposto de renda e contribuição social correntes	(34.789)	2.474	(34.789)	2.474	
Imposto de renda e contribuições social diferidos	(78.479)	(39.206)	(78.479)	(39.206)	

(1) A companhia possui os laudos constitutivos SUDENE nº 0301/2022 e 0004/2023 para as operações de venda de petróleo, gás natural processado e seus subprodutos, alcançando uma economia fiscal de R\$ 60 milhões em 2025 que se compõe, exclusivamente da redução de 75% do IRPJ sobre as vendas de gás natural, petróleo e subprodutos. 11. Investimentos em 11.1. Composição patrimonial da investida Gen

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	-	-
Ativo não circulante	-	-
Ativo	-	-
Passivo circulante	4	4
Passivo não circulante	-	-
Patrimônio líquido (1)	(4)	(4)
Total do passivo e patrimônio líquido	-	-
Resultado do exercício	-	(4)

(1) Investida possui passivo a descoberto, com registro reflexo no passivo não circulante da Companhia. 11.2. Movimentação do saldo de investimento na Gen. O quadro a seguir apresenta a movimentação do saldo do investimento

→ continuação

Origem Energia Alagoas S.A. | CNPJ.: 34.186.669/0001-31

	Equivalência patrimonial	
	31/12/2024	31/12/2025
Provisão para perda em investimentos	(4)	(4)
Gen	(4)	(4)
Total	(4)	(4)

	Equivalência patrimonial	
	31/12/2023	31/12/2024
Provisão para perda em investimentos	(4)	(4)
Gen	(4)	(4)
Total	(4)	(4)

12. Imobilizado: 12.1. Composição de saldo

	Controladora e Consolidado	
	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2025
Em Operação		
Polo Alagoas	3.141.409	2.885.950
Instalações	243	199
Máquinas e equipamentos	3.842	2.497
Móveis e utensílios	147	84
Veículos	210	45
Ferramentas	8.677	7.213
Equipamentos de informática	12.506	6.985
Benefetórias em bens de terceiros	2.746	2.305
Em Andamento		
Imobilizado em andamento	239.235	239.235
Materiais a aplicar	126.446	126.446
Total	3.535.461	3.270.959

	Controladora e Consolidado	
	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2024
Em Operação		
Polo Alagoas	2.623.961	2.473.945
Instalações	243	220
Máquinas e equipamentos	3.842	2.882
Móveis e utensílios	147	99
Veículos	210	87
Ferramentas	4.400	3.484
Equipamentos de informática	11.000	7.756
Benefetórias em bens de terceiros	2.746	2.591
Em Andamento		
Imobilizado em andamento	159.986	159.986
Materiais a aplicar	108.413	108.413
Total	2.914.948	2.759.463

12.2. Movimentação do saldo

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2025
Em Operação		
Polo Alagoas ⁽¹⁾	2.473.945	2.885.950
Instalações	220	199
Máquinas e equipamentos	2.882	2.497
Móveis e utensílios	99	84
Veículos	87	45
Ferramentas	3.484	7.213
Equipamentos de informática	7.756	6.985
Benefetórias em bens de terceiros	2.591	2.305
Em Andamento		
Imobilizado em andamento ⁽²⁾	159.986	239.235
Materiais a aplicar ⁽³⁾	108.413	126.446
Total	2.759.463	3.270.959

(1) As adições e transferências referem-se principalmente a intervenções nos poços, sonda workover, canhoneio, construção e montagens e materiais utilizados para reparação; (2) As adições referem-se, principalmente, aos investimentos relacionados à campanha exploratória, totalizando R\$ 174.382; e custos de mão de obra capitalizados, somando R\$ 61.119, e as transferências referem-se custos de mão de obra capitalizados referente a projetos concluídos, no valor de R\$ 90.874 e ativação dos poços exploratórios bem-sucedidos (Nota explicativa 1), no valor de R\$ 120.723; (3) As adições referem-se principalmente as aquisições de materiais para aplicação nos polos.

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024
Em Operação		
Polo Alagoas ⁽¹⁾	1.905.444	2.473.945
Instalações	221	220
Máquinas e equipamentos	81.531	2.882
Móveis e utensílios	115	99
Veículos	129	87
Ferramentas	2.099	3.484
Equipamentos de informática	5.898	7.756
Benefetórias em bens de terceiros	-	2.591
Em Andamento		
Imobilizado em andamento ⁽²⁾	85.228	159.986
Materiais a aplicar ⁽³⁾	148.226	108.413
Total	2.228.891	2.759.463

(1) As adições e transferências referem-se principalmente a materiais utilizados para reparação, intervenção nos poços, sonda workover, canhoneio, construção e montagens; (2) As adições referem-se principalmente aos investimentos incorridos nas campanhas exploratórias, além dos custos com mão de obra; (3) As adições referem-se principalmente as aquisições de materiais para aplicação nos polos. 12.3. Depreciação: Os gastos de exploração e desenvolvimento da produção são depreciados, a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas (UOP - Units of Production). Nesse método a taxa de depreciação mensal é obtida dividindo-se a produção mensal pelo saldo total estimado das reservas (prova desenvolvida) no início do mês. Para vida útil dos demais itens do ativo imobilizado é considerada a depreciação pelo método linear, durante o prazo dos contratos de arrendamento para as benfeitorias em bens de terceiros, e conforme apresentado abaixo para os demais bens:

	Anos	Taxa anual média de depreciação (%)
Instalações	10	10%
Máquinas e equipamentos	5	20%
Móveis e utensílios	5	20%
Veículos	5	20%
Ferramentas	10	10%
Equipamentos de informática	5	20%

12.4. Provisão para redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment): Para avaliação de impairment foi considerado uma Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), o Polo Alagoas. Em 31 de dezembro de 2025, o valor recuperável de cada UGC foi calculado com base no seu valor em uso. A Companhia calcula o valor presente dos fluxos de caixa futuros que esperam obter com os ativos da UGC, mensurados a valor presente utilizando uma taxa de desconto nominal de 11,70%, aplicada aos fluxos projetados dos períodos futuros. A taxa de desconto foi estimada com base no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) da Companhia e levando em consideração riscos específicos dos ativos avaliados. Em 31 de dezembro de 2025, a análise do fluxo de caixa descontado da Companhia não identificou qualquer indicio de impairment. Os fluxos de caixa foram projetados em termos nominais sendo posteriormente deflacionados pelo IGPm com aplicação da taxa de desconto em termos reais para cálculo do valor presente. A taxa de desconto utilizada corresponde à taxa antes dos impostos, em consonância com os fluxos de caixa estimados antes dos impostos, ou seja, sem considerar o efeito de recebimentos ou pagamentos de imposto de renda e contribuição social. A receita líquida foi projetada conforme uma expectativa de produção. A projeção é impactada por inflação ao consumidor (CPI), o crescimento dos custos foi projetado com a mesma base utilizada para a projeção de receita, o imposto de renda e a contribuição social foram projetados considerando o regime de lucro real e as alíquotas vigentes na data-base da avaliação, o investimento foi calculado com base na reposição do imobilizado já existente, de acordo com a taxa de depreciação projetada e o capital de giro foi projetado de acordo com o comportamento esperado para os saldos de caixa operacional e contas a receber e a pagar, bem como para os encargos e tributos a pagar. Foram considerados para o teste os saldos dos ativos imobilizados e intangíveis. Os testes realizados não identificaram nenhum indicio de impairment para UGC Polo Alagoas. 13. Intangível. 13.1. Composição do saldo:

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2025
Polo Alagoas	209.633	201.447
Fazenda Gameleira	169	169
Tiziu	107	107
Software	10.876	11.388
Total	220.785	213.111

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2025
Polo Alagoas ⁽¹⁾	209.633	201.447
Fazenda Gameleira	169	169
Tiziu	107	107
Software	10.876	11.388
Total	220.785	213.111

(1) Os custos de aquisição do direito de concessão são amortizados pelo método das unidades produzidas, considerando a produção do Polo e o volume de reservas provadas desenvolvidas (P1). Os custos de aquisição de softwares são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. (2) Campos de Saíra e Mosquito alienados em dezembro de 2024. 13.2. Movimentação do saldo

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024
Polo Alagoas ⁽¹⁾	216.409	209.633
Saíra ⁽²⁾	1.207	-
Mosquito ⁽²⁾	301	-
Fazenda Gameleira	169	169
Tiziu	107	107
Software	6.281	10.876
Total	224.474	220.785

(1) Os custos de aquisição do direito de concessão são amortizados pelo método das unidades produzidas, considerando a produção do Polo e o volume de reservas provadas desenvolvidas (P1). Os custos de aquisição de softwares são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. (2) Campos de Saíra e Mosquito alienados em dezembro de 2024. 14. Arrendamentos. 14.1. Composição da natureza dos saldos dos ativos de direito de uso

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2025
Ativo de direito de uso		
Embarcações de apoio	4.924	3.240
Equipamentos	391	3.901
Sondas de intervenção	14.864	2.381
Administrativo	7.569	4.935
Total	27.748	14.457

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024
Ativo de direito de uso		
Embarcações de apoio	9.847	4.924
Equipamentos	49	391
Sondas de intervenção	39.919	14.864
Administrativo	1.268	7.569
Total	51.083	27.748

Embarcações de apoio refere-se ao contrato de aluguel de embarcação de apoio às operações de mergulho e monitoramento ambiental no poço de Paru, localizado em águas rasas, com prazo de 47 meses, mensurado ao valor presente dos fluxos de pagamentos mínimos contratuais (taxa de prontidão). Equipamentos referem-se aos contratos de aluguel de compressores, para compressão de gás natural, e geradores, com prazo de 24 a 28 meses, mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos fixos contratuais. Sondas de intervenção referem-se aos contratos de aluguel de sondas de produção terrestre, utilizadas nas intervenções dos poços do Alagoas, mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos mínimos contratuais (taxa em stand-by). Administrativo referem-se aos contratos de aluguel de veículos e imóveis com prazo de 30 e 46 meses respectivamente, mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos fixos contratuais. Os contratos reconhecidos no exercício foram descontados a taxa média de 16,47% a.a. (13,78% no exercício de 2024), para mensuração dos respectivos saldos iniciais dos ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento. 14.2. Movimentação dos saldos dos ativos de direito de uso e passivo de arrendamento

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2025
Ativo		
Novas constituições	27.748	31.480
Baixas	13.352	13.352
Atualização monetária	-	3.842
Pagamentos efetuados	-	(33.098)
Depreciação	(26.643)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	14.457	15.756
Circulante	14.457	6.457
Não circulante	-	-

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024
Ativo		
Novas constituições	51.083	55.781
Baixas	10.473	10.473
Atualização monetária	(1.631)	(1.773)
Atualização monetária	-	5.717
Pagamentos efetuados	-	(38.718)
Depreciação	(32.177)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	27.748	31.480
Circulante	-	25.993
Não circulante	27.748	5.487

18.3. Descrição das debêntures emitidas:

Debêntures	Espécie	Emissão e vencimento	Valor	Custo e Prêmio	Juros	Swap
OENA11	Garantia real ⁽¹⁾	06/04/22	345.207	(8.529)	100% CDI s/iva: 1,00% a.a. P.Pas + 2,57% a.a.	100% CDI
OENA21	Garantia real ⁽¹⁾	06/04/22	345.206	(8.528)	Δ USS + 6,410	6,59% a.a.
OENA12	Quir- grafária	17/04/23	125.018	(1.384)	Δ USS + 7,95% a.a.	-

(1) Prestação de garantia por meio da alienação fiduciária de ações, máquinas, equipamentos e ativos em estoque, a alienação fiduciária e penhor de outros direitos e concessões da Companhia. (2) Resgate total das debêntures antecipado em 27/08/2025. Em agosto de 2025, foi aprovado em assembleia de debenturistas da primeira e segunda emissões, o resgate antecipado total das debêntures em circulação, que foi então realizado, no total de R\$ 542.163. Em setembro de 2024, a Companhia realizou o resgate antecipado total das debêntures da 3ª emissão no total de R\$ 121.563, sem incidência de qualquer prêmio de resgate, devendo ser aprovada em assembleia de debenturistas. Todas as debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautela ou certificados, e não são conversíveis em ações. Para as emissões e séries que não possuem atualização monetária vinculadas a variação da taxa de câmbio do dólar norte-americano, a Companhia celebrou contratos de swap, com finalidade de previsibilidade cambial das obrigações assumidas. 19. Empréstimos: 19.1. Notas comerciais. Em 30 de agosto de 2024, a Origem Alagoas realizou sua primeira emissão de notas comerciais, no valor de R\$ 121.562, em série única, com vencimento em 11 de março de 2027, sujeita a verificação da liberação das garantias reais dos direitos creditórios emergentes do contrato dos serviços de armazenagem e movimentação de produtos no Terminal de Macaói, e com garantia fidejussória, não atualizada monetariamente, e com juros remuneratórios de 10% do CDI acrescidos de taxa fixa de 2,50% ao ano, com pagamento de juros mensais, a partir de outubro de 2024, e amortização do principal mensal, a partir de abril de 2026 até seu vencimento. Em conjunto e de forma associada a primeira emissão das notas comerciais, a Origem Alagoas celebrou contrato de swap, com finalidade de previsibilidade cambial das obrigações assumidas, com posição ativa de 100% do CDI acrescidos de taxa fixa de 2,5% ao ano, e posição passiva de variação cambial do dólar acrescidos de taxa fixa de 8,23% ao ano com vigência de agosto de 2024 a março de 2027. Em agosto de 2025, a Companhia aprovou o resgate antecipado total das notas comerciais emitidas, que foi então realizado, no total de R\$ 137.110. a) Composição do saldo das notas comerciais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2024
Prin- cipal		
amortizar	121.562	121.281
Juros	(1.154)	34.425
Sub- total	120.408	155.706
Swap	121.562	121.281
Total	241.970	276.987

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2025
Saldo inicial	155.706	-
Principal captado na emissão	-	121.562
Custos da captação	-	(1.325)
Juros apropriados	12.398	4.761
Diferencial de Swap	(21.050)	32.208
Ajuste a valor justo de swap	(1.345)	1.345
Amortização de principal	(121.562)	-
Amortização de custos	1.154	171
Liquidação de juros	(13.271)	(3.888)
Liquidação de swap	(12.030)	872
Saldo final	-	155.706
Passivo circulante	-	360
Passivo não circulante	-	155.346

20. Provisão de abandono

	Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2025
Saldo inicial	68.454	60.624
Atualização monetária	8.842	7.830
Saldo final	77.296	68.454

O valor de provisão de abandono reflete a estimativa em valor presente, descontada a taxa de 12,92% ao ano, dos custos previstos para futuro abandono do Polo Alagoas, incluindo arrasamento e abandono dos poços, retirada de equipamentos e recuperação ambiental. Os valores de abandono são mensurados pelo prazo de concessão do projeto e trazidos a valor presente para fins de reconhecimento inicial. O passivo de abandono é atualizado anualmente ou quando exista alguma evidência objetiva que seu valor possa estar materialmente inadequado. As revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e os efeitos da passagem do tempo (denominadas como reversão do desconto) no modelo de apuração da obrigação futura são alocadas diretamente no resultado do exercício (resultado financeiro líquido). A companhia reavaliou o valor provisionado ao final de 2025 e concluiu que não houve mudanças relevantes nas premissas utilizadas para o cálculo da provisão de abandono. As estimativas de custos permanecem consistentes com os dados mais recentes disponíveis, e não houve alterações significativas nos fatores que poderiam impactar o valor da provisão. 21. Patrimônio líquido: 21.1. Capital social. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 2.308.874 (R\$ 1.608.874 em dezembro de 2024) está representado por 2.089.331.653 (1.648.034.304 em dezembro de 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 2025, foi aprovado aumento do capital social da Companhia em R\$ 700.000, com a emissão de 441.297.349 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 2024, foram aprova-

14.3. Maturidade dos contratos

	Controladora e Consolidado	
	Origem Alagoas	PIS/COFINS Potencial
Vencimento das parcelas		
2026	9.942	920
2027	4.920	455
2028	2.242	207
2029	1.270	117
2030 em diante	-	-
Valores não descontados	18.374	1.699
Juros embutidos	(2.738)	-
Saldo de passivo de arrendamento	15.576	-

15. Fornecedores: O quadro abaixo apresenta a composição do contas a pagar com fornecedores nas datas especificadas.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Operações, manutenções e serviços	77.769	68.730
Compra de óleo e gás	13.274	3.814
Aquisição de imobilizado	37.348	32.022
Custo de transporte de óleo e gás	13.503	18.985
Consultorias	9.771	4.933
Gerais e administrativas	13.257	7.799
Outros	520	1.454
Total	165.442	137.737

16. Obrigações trabalhistas. O quadro abaixo apresenta a composição das obrigações trabalhistas nas datas especificadas.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	229	244
Provisão de bônus a pagar	22.612	13.590
Provisão de férias e 13º salário	12.134	11.942
Provisão de encargos a recolher	13.037	11.824
Total	48.012	37.490

17. Obrigações fiscais. O quadro abaixo apresenta a composição dos tributos a pagar nas datas especificadas.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
CSLL	34.789	-
Contribuição social a recolher	34.789	-
IRRF	5.698	5.269
PIS/COFINS/CSLL	2.615	2.723
CMS		

→ continuação

Origem Energia Alagoas S.A. | CNPJ.: 34.186.669/0001-31

(1) Contas a receber e outras contas a pagar referem-se a compra e venda de gás e materiais entre a Companhia, sua controladora, Origem Energia, e outras empresas do mesmo grupo econômico, consumidos e realizados no período; (2) Conforme valores divulgados na nota explicativa 21, sendo o JCP a pagar líquido de impostos.

Controladora e Consolidado				
31/12/2024				
Origem Energia	Origem Pilar	Origem Portuária	Gen	Total
309	332	-	3	644
309	332	-	3	644
5.059	-	-	-	5.059
5.059	-	-	-	5.059
102.366	-	-	-	102.366
68.470	-	-	-	68.470
170.836	-	-	-	170.836
175.895	-	-	-	175.895

(1) Contas a receber e outras contas a pagar referem-se a compra e venda de gás e materiais entre a Companhia, sua controladora, Origem Energia, e outras empresas do mesmo grupo econômico, consumidos e realizados no período; (2) Conforme valores divulgados na nota explicativa 21, sendo o JCP a pagar líquido de impostos.

Consolidado				
31/12/2025				
Origem Energia	Origem Pilar	Origem Portuária	Gen	Total
1	-	-	-	1
39.400	-	-	2.676	42.076
39.400	-	-	2.676	42.076
217.682	-	-	-	217.682
68.470	-	-	-	68.470
286.152	-	-	-	286.152
325.552	-	-	2.676	328.228

(1) Contas a receber e outras contas a pagar referem-se a compra e venda de gás e materiais entre a Companhia, sua controladora, Origem Energia, e outras empresas do mesmo grupo econômico, consumidos e realizados no período; (2) Conforme valores divulgados na nota explicativa 21, sendo o JCP a pagar líquido de impostos.

Consolidado				
31/12/2024				
Origem Energia	Origem Pilar	Origem Portuária	Gen	Total
309	332	-	-	641
309	332	-	-	641
5.060	-	-	-	5.060
5.060	-	-	-	5.060
102.366	-	-	-	102.366
68.470	-	-	-	68.470
170.836	-	-	-	170.836
175.896	-	-	-	175.896

(1) Contas a receber e outras contas a pagar referem-se a compra e venda de gás e materiais entre a Companhia, sua controladora, Origem Energia, e outras empresas do mesmo grupo econômico, consumidos e realizados no período; (2) Conforme valores divulgados na nota explicativa 21, sendo o JCP a pagar líquido de impostos.

Controladora e Consolidado					
31/12/2025			31/12/2024		
Origem Energia	Origem Pilar	Origem Portuária	Origem Energia	Origem Pilar	Origem Portuária
749	-	-	749	565	-
(10.479)	-	-	(10.479)	(26.937)	-
(625)	-	-	(625)	(2.244)	-
(10.355)	-	-	(10.355)	(28.616)	-

Controladora e Consolidado			
31/12/2025 31/12/2024			
1.352.576	1.232.134		
194.467	163.390		
517.876	358.459		
66.375	36.461		
6.640	708		
2.137.834	1.791.152		
(364.660)	(313.327)		
1.773.274	1.477.825		

(-) Deduções da receita
Receita líquida total
 A Companhia tem quatro clientes que, individualmente, foram responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, e que em conjunto correspondem a 77% das receitas líquidas de vendas. Em 31 de dezembro de 2024, foram três clientes, que em conjunto, foram responsáveis por 72% da receita líquida de vendas.

Controladora e Consolidado			
31/12/2025 31/12/2024			
(233.123)	(241.359)		
(146.243)	(139.287)		
(227.607)	(234.363)		
(76.169)	(56.168)		
(138.859)	(110.008)		
(150.987)	(110.960)		
(2.736)	(4.335)		
(2.401)	(266)		
(978.125)	(896.726)		

Controladora e Consolidado			
31/12/2025 31/12/2024			
(88.098)	(62.325)	(88.098)	(62.325)
(5.662)	(6.190)	(5.662)	(6.190)
(26.148)	(23.223)	(26.148)	(23.223)
(11.041)	(13.529)	(11.041)	(13.529)
(4.578)	(7.054)	(4.578)	(7.054)
(8.711)	(10.005)	(8.711)	(10.005)
(8.600)	(11.847)	(8.600)	(11.847)
(7.734)	(5.721)	(7.734)	(5.721)
(5.841)	(6.970)	(5.841)	(6.972)
(4.033)	(4.855)	(4.033)	(4.857)
(170.446)	(151.719)	(170.446)	(151.723)

Controladora e Consolidado			
31/12/2025 31/12/2024			
27.826	7.845		
73.969	39.035		
4.072	4.890		
60.039	16.484		
40.074	872		
4.512	-		
39.443	21.154		
25.531	12.258		
275.466	104.126		

Luiz Felipe Coutinho Martins Filho - Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores; Daniel Guimarães Pacheco de Faria - Diretor Administrativo e Financeiro
 Helder Renato Lima de Castro - Gerente de Contabilidade - CRC/RJ-128793/O-6.

Despesas financeiras

Controladora e Consolidado	
31/12/2025 31/12/2024	
Swap de CDBs	(887)
Juros sobre debêntures	(37.746) (75.221)
Amortização de prêmio sobre debêntures	3.472 1.068
Amortização de custos sobre debêntures	(9.889) (4.373)
Varição monetária sobre debêntures	(8.210) (121.486)
Swap de debêntures	(41.613) (93.995)
Ajuste valor justo swap debêntures	(8.962) -
Taxa de liquidação antecipada de debêntures	(11.630) -
Juros sobre empréstimos	(12.398) (4.761)
Amortização de custos sobre empréstimos	(1.154) (171)
Swap de empréstimos	(19.024) (33.080)
Ajuste valor justo swap empréstimos	(3.167) (1.345)
Taxa de liquidação antecipada de empréstimos	(478) -
Operações de hedge	(44.156) (44.973)
Atualização da provisão de abandono	(8.842) (7.830)
Juros sobre passivo de arrendamento	(3.842) (5.717)
Outras despesas financeiras	(6.900) (9.613)
	(214.539) (402.384)
	60.927 (298.258)

Resultado financeiro
27. Instrumentos financeiros: 27.1. Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos. Como política de gestão de ativos financeiros, a Companhia busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada, a qual que permite uma avaliação adequada dos riscos e indicadores que demonstrem a adequação dos níveis de liquidez, de mercado e de crédito. No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como: taxas de juros, liquidez, crédito, câmbio dentre outros. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

Controladora e Consolidado		
31/12/2025		
Categoria	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa restrito	279.646	279.646
Contas a receber	7.984	7.984
Instrumentos financeiros derivativos	174.378	174.378
	14.369	14.369
	14.369	14.369

Controladora e Consolidado		
31/12/2025		
Categoria	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros		
Fornecedores	165.442	165.442
Instrumentos financeiros derivativos	16.546	16.546
Passivo de arrendamento	15.576	15.576

Controladora e Consolidado		
31/12/2024		
Categoria	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa restrito	85.323	85.323
Contas a receber	6.299	6.299
Instrumentos financeiros derivativos	212.063	212.063
	13.650	13.650
	13.650	13.650

Controladora e Consolidado		
31/12/2024		
Categoria	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros		
Fornecedores	137.737	137.737
Debêntures	640.928	649.666
	61.683	61.683
	121.281	125.892
	34.425	34.425
	20.821	20.821
	31.480	31.480

a) Risco de mercado. Trata-se do risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações em índices de correção e cotações de mercado. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações. Em cumprimento da Política de Hedge da Companhia, a Administração realizou operações de hedge para parte de sua produção, em que mantém contratos de opção de venda de óleo junto a instituições financeiras consideradas de primeira linha, com pagamento de prêmio no vencimento da opção, que permitem uma melhor gestão do risco de mercado existente sobre o valor do nosso produto final. A Companhia também se utiliza de contratos de swap para seu endividamento, como forma de previsibilidade entre os efeitos cambiais no componente de preço das commodities que impactam suas receitas e recebíveis, e suas obrigações financeiras (notas explicativas 18 e 19). A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos, reafirmando dessa forma seu compromisso com uma política conservadora de gestão de caixa. 27.2. Hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são agrupados em categorias específicas: nível 1, nível 2 e nível 3 de acordo com o correspondente grau observável do valor justo. • Nível 1 - Preços de mercado cotados e não ajustados, em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos. Nos exercícios divulgados, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 1. • Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais as informações para mensuração do valor justo do ativo ou passivo são observáveis direta ou indiretamente por participantes do mercado apesar de não possuírem mercado ativo. • Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais as informações para mensuração do valor justo do ativo ou passivo não são baseadas em dados observáveis de mercado. Nos exercícios divulgados, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 3. a) Mensuração dos instrumentos financeiros pelo valor justo. A Companhia efetuou a avaliação dos ativos e passivos financeiros em relação aos respectivos valores de mercado ou valores de recuperação, utilizando-se das informações disponíveis e melhores práticas em metodologias de avaliação de mercado para cada situação. A interpretação dos dados de mercado e as metodologias escolhidas requer alto grau de julgamento para o estabelecimento de estimativas razoáveis para se calcular o valor justo. Consequentemente, a estimativa apresentada pode não indicar, necessariamente, os montantes que seriam obtidos no mercado atual. O uso de diferentes hipóteses para o cálculo do valor justo pode resultar em efeitos significativos nos valores obtidos. Para contratos cujas condições atuais são similares àquelas nas quais foram originalmente pactuados ou não possuem parâmetro para cotação ou contratação, os valores justos são similares aos valores contábeis. Na avaliação com a finalidade de determinar o valor justo desses ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, não foi considerada a aplicabilidade desse ajuste, destacando-se as seguintes razões: Contas a receber de clientes e contas a pagar: curto prazo de vencimento, 30 dias em média. • Partes relacionadas: os saldos com partes relacionadas possuem seus valores apresentados em bases e condições estabelecidas pela administração. 27.3. Gestão dos riscos financeiros. A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, de crédito e de mercado (taxa de juros), conforme descrito a seguir: a) Risco de crédito e liquidez. O risco de crédito e liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprimento de obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio da combinação da manutenção de reservas adequadas, linhas de crédito e outros produtos financeiros, monitorando continuamente o orçamento e o atual fluxo de caixa coincidindo os prazos de vencimentos de ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir detalha a composição e o cronograma do fluxo de pagamentos dos passivos financeiros não descontados da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

dito e outros produtos financeiros, monitorando continuamente o orçamento e o atual fluxo de caixa coincidindo os prazos de vencimentos de ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir detalha a composição e o cronograma do fluxo de pagamentos dos passivos financeiros não descontados da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Controladora e Consolidado				
31/12/2025				
Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total	
165.442	-	-	165.442	
16.546	-	-	16.546	
9.942	7.162	1.270	18.374	
191.930	7.162	1.270	200.362	

Controladora e Consolidado				
31/12/2024				
Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total	
137.737	-	-	137.737	
273.741	418.510	69.690	761.941	
20.588	243.390	-	263.978	
20.821	-	-	20.821	
28.453	5.691	630	34.774	
481.340	667.591	70.320	1.219.251	

b) Risco de gerenciamento de capital. A Companhia administra seu capital visando assegurar a continuidade normal de suas atividades, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. c) Risco de preço. A Companhia está sujeita ao risco da variação dos preços do petróleo no mercado internacional, e utiliza-se de derivativos com finalidade de previsibilidade e proteção parcial contra as variações de preços em suas negociações. 27.4. Análise de sensibilidade. Os quadros abaixo apresentam a análise de sensibilidade de câmbio e juros, com base em cenários de que consideramos variações de 10% e 20% de desvalorização para ativos e valorização para passivos, e seus respectivos impactos no resultado financeiro. a) Sensibilidade de juros

Controladora e Consolidado			
Cenário Cenário Cenário			
	Base	-10%	-20%
Ativos			
Taxa DI/Selic em 31 de dezembro de 2025	14.90	13.41	11.92
CDBs	25.617	25.285	24.953
Compromissadas	15.128	14.932	14.735
Fundos de renda fixa	254.111	250.815	247.520
Resultado do resultado financeiro	-	(3.824)	(7.648)

A tabela de sensibilidade abaixo analisa a variação no preço do Brent em três cenários: (i) Cenário base considerando os últimos preços de fechamento no mercado dos contratos futuros em aberto; (ii) Cenário I, considerando a desvalorização de 10% sobre os preços do cenário base; e (iii) Cenário II, considerando desvalorização de 20% sobre os preços do cenário base. A Companhia considera que essa métrica é a mais adequada para análise de sensibilidade dos cenários apresentados.

Controladora e Consolidado			
Cenário Cenário Cenário			
	Base	-10%	-20%
Ativos			
Contratos de opção de venda de óleo comprados	147.684	132.916	118.147
Resultado do resultado financeiro	-	(14.768)	(29.537)

Controladora e Consolidado			
Cenário Cenário Cenário			
	Base	-10%	-20%
Ativos			
Contratos de opção de venda de óleo vendidos	19.258	21.184	23.110
Resultado do resultado financeiro	-	(1.926)	(3.852)

28. Contingências: A Origem Alagoas é parte em três autos de infração, recebidos no primeiro semestre de 2024, com valor estimado de R\$ 294.976. Os autos de infração tratam sobre a cobrança de ICMS na transferência para consolidação da produção bruta de gás natural e petróleo entre as filiais da Controlada no Estado de Alagoas, para o período de fevereiro/2022 a dezembro/2023, entendendo a SEFAZ/AL como não aplicáveis para este período: (i) os preceitos da jurisprudência consolidada pela ADC 49 no STF e; (ii) a ausência do caráter mercantil da produção obtida diretamente do processo de exploração, quer seja gás natural não processado e petróleo bruto. A Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, avalia que a probabilidade de perda de parte dos processos é possível, e, portanto, não constituindo provisão para tal contingência. A Origem Alagoas é parte em reclamações trabalhistas, com valor estimado de R\$ 523 em 31 de dezembro de 2025. A Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, avalia que a probabilidade de perda dos processos é possível, e, portanto, não constituindo provisão para tal contingência. A Origem Alagoas é parte de notícias fato sobre irregularidades de jornada de trabalho e apresentação de documentos de estagiários, verificação de preenchimento de cotas para PCD/Reabilitados do INSS, irregularidades de saúde ocupacional, segurança de trabalho e outras irregularidades. A Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, avalia que a probabilidade de perda da ação é possível, e, portanto, não constituindo provisão para tal contingência. O valor estimado de risco associado à contingência é considerado de pouca relevância. A Origem Alagoas é parte em autos de infração, com valor estimado de R\$ 111 em 31 de dezembro de 2025, por deixar de preencher percentual de cargos com pessoas reabilitadas ou com deficiência, e dispensa sem contratação prévia de substituto. A Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, avalia que a probabilidade de perda do processo é possível, e, portanto, não constituindo provisão para tal contingência. 29. Seguros: A Companhia adota política de contratação de seguros para os bens sujeitos a riscos. A seguir, demonstramos os principais interesses cobertos e seus respectivos limites de indenização em 31 de dezembro de 2025:

Seguro/Modalidade	Importância assegurada
Risco de Petróleo	406.873
Seguro de descomissionamento	44.138
Seguro Garantia	23.726
Fiança	14.567
Total Seguro	489.304

Todas as apólices de seguro estavam vigentes em 31 de dezembro de 2025 e são renovadas anualmente. 30. Compromissos: 30.1. Compromissos relacionados ao "PTI". Conforme valores demonstrados na Nota 1, a Companhia possui obrigações relativas à execução de Programa de Trabalho Inicial proveniente dos contratos de concessão de campos adquiridos em Oferta Permanente da ANP. 30.2. Compromissos relacionados aos contratos de fornecimento gás. A Companhia possui compromissos assumidos contratualmente relacionados ao fornecimento de gás, estabelecendo quantidades diárias contratadas ("QDC"), com (i) Companhia de Gás da Bahia ("BahiaGás") de 1.033 mil m³ até dezembro de 2028; (ii) Alagás - Gás de Alagoas S.A. ("Alagás") de 220 mil m³ até dezembro de 2027 e 120 mil m³ até dezembro de 2028; (iii) Companhia Siderúrgica Nacional S.A. ("CSN") de 100 mil m³ até seu término em dezembro de 2026; (iv) J&F S.A. de 60 mil m³ até dezembro de 2026 e; (v) Edge Comercialização S.A., ("Edge") de 50 mil m³, até dezembro de 2026. A Companhia está sujeita ao pagamento de penalidades financeiras pela falta no fornecimento QPD (Quantidade Diária Programada) ou entrega fora das especificações contratadas. As penalidades serão calculadas com base na quantidade faltante e preço da molécula ou gás vigentes no dia do descumprimento, mediante emissão de documento de cobrança pelos clientes.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Origem Energia Alagoas S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Origem Energia Alagoas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, em relação às práticas contábeis individuais e outras informações significativas. Em decorrência de nossa atuação, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o

★ continuação

Origem Energia Alagoas S.A. | CNPJ.: 34.186.669/0001-31

aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Com-

panhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 26 de março de 2026. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC - SP-015199/F. Gláucio Dutra da Silva - CRC-RJ-090174/O.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>